

A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO PARA OS CURSOS PRÉ-VESTIBULARES

Alexandre do Nascimento

Sem a pretensão de responder questões que devem ser debatidas pelo coletivo, este texto pretende instigar o debate sobre as possibilidades dos cursos pré-vestibulares populares e seu fortalecimento como sujeito coletivo. Trata-se apenas de uma contribuição provisória sobre projeto político e sua importância. O premissa fundamental desta reflexão é que, do meu ponto de vista, os Cursos Pré-Vestibulares Populares constituem um movimento social que ainda não possui um projeto global para suas ações.

Os Cursos Pré-Vestibulares Populares são aqui compreendidos como movimentos sociais populares, ou seja, como ações coletivas que buscam a ampliar o espaço de cidadania dos estudantes/trabalhadores de classes populares e pertencentes a grupos sociais discriminados; como possibilidade de construção de um expressivo movimento social, produtor de propostas democráticas, através de suas práticas político-pedagógicas (que também devem ser radicalmente democráticas) e da constituição de espaços públicos de encontro de diferentes sujeitos, tomando a autonomia individual e coletiva como objetivo fundamental.

Os Cursos Pré-Vestibulares Populares – com destaque especial para o Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) – abriram novas possibilidades para as lutas pela universalização dos direitos e para o trabalho de educação política das classes populares. Através do ensino pré-vestibular destinado aos grupos discriminados, subordinados e marginalizados pelo poder político-econômico e pelos racismos, os Cursos Pré-Vestibulares Populares podem mobilizar e organizar educadores e estudantes em uma ação política e cultural importante, que apresenta algumas possibilidades: podem questionar a atual (e quase hegemônica) lógica neoliberal e fortalecer a luta de combate aos racismos e à exclusão das camadas populares do direito ao ensino público de qualidade. Isso, a meu ver, já é fato e é o principal sentido do trabalho dos cursos pré-vestibulares populares.

Tomando o PVNC como objetivo de análise, é possível observar alguns problemas e contradições, entre os quais: 1) a ausência de reflexões mais aprofundadas, nos núcleos e nos fóruns coletivos em função do caráter pragmático do trabalho do movimento; 2) incoerências entre finalidades e práticas; 3) confusão entre assembleia e conselho; 4) ausência de um projeto político global (e que seja um projeto revolucionário).

Certamente outros problemas podem ser observados e identificados. Quatro pontos apenas não dão conta da complexidade e diversidade do PVNC. Entretanto, esses pontos são mais que suficientes para os limites deste texto, que não os aprofunda, pois cada ponto pode se tema de, no mínimo, um artigo. Mas são pontos que bastam para visualizarmos questões fundamentais para nossa autocrítica e discussão coletiva.

Falando ainda sobre o PVNC, na Carta de Princípios são proclamados princípios e objetivos que ainda não desencadearam um debate amplo e aprofundado. De uma forma

geral, o coletivo de coordenadores, educadores e educandos do PVNC não desenvolve análises aprofundadas sobre o contexto e o campo no qual atuam. Isso dificulta a construção de sentido e de políticas para o movimento.

O caráter prático das ações dos cursos pré-vestibulares populares não exclui a importância da reflexão. Pelo contrário, uma prática consciente é uma prática refletida, ou seja, uma *práxis*. A diferença entre prática (não refletida) e *práxis* é exatamente a reflexão como atividade explícita. A *práxis* é uma prática de reflexão-ação-reflexão que possui intencionalidade e sentido ético-político. Cornelius Castoriadis, chama de *práxis* o "*fazer no qual o outro ou os outros são visados como seres autônomos e considerados como o agente essencial do desenvolvimento de sua própria autonomia. (...) A política não é nem concretização de um Saber absoluto, nem técnica, nem vontade cega não se sabe bem de que; ela pertence a um outro domínio, o do fazer, e a esse modo específico do fazer que é a práxis*"¹.

Sendo a *práxis* a prática refletida e autonomamente deliberada, ganha importância o aprofundamento teórico sobre algumas questões que dizem respeito ao campo de intervenção dos Cursos Pré-Vestibulares Populares, que são fundamentais para o fortalecimento das ações concretas. Esse aprofundamento passa pela elucidação de alguns conceitos, como democracia, autonomia, liberdade, direito, entre outros, que são termos que aparecem com frequência nas propostas educacionais oficiais e como preocupações de políticos, pesquisadores, educadores e militantes. Embora sejam preocupações legítimas e importantes, é fundamental que façamos algumas interrogações sobre tais conceitos, pois a luta também se faz no campo teórico.

Quando falamos de democracia, de que democracia estamos falando? Produzir resposta para essa questão é uma tarefa necessária. Ignorá-la é uma atitude perigosa, pois corre-se o risco de que as ações políticas e pedagógicas estejam apenas buscando a integração dos grupos sociais discriminados à lógica atual, que é a lógica do mercado, da liberdade privada e da acumulação de capital sem limites éticos, da desigualdade social, da discriminação e da exclusão, como muitos autores já demonstraram. E as questões que nos são pertinentes que não devem ser tratadas de maneira descontextualizada, sem considerar os aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e o projeto de sociedade, a partir dos quais os discursos, as propostas e as ações educacionais se desenvolvem.

Neste texto, a questão que se coloca para nós é: **Qual o projeto político?** Mas, antes de buscarmos responder essa questão é necessário que saibamos responder uma questão anterior: **O que é um projeto político?**

Um projeto é a explicitação da "*intencionalidade das perspectivas de atuação solidária. Projeto político por que se trata de opções fundamentalmente éticas assumidas pela concidadania responsável em um amplo debate*"², porque um dos grandes desafios da sociedade e, especificamente, daqueles que lutam por relações sociais mais democráticas, é a construção de condições culturais, sociais e materiais que contribuam

¹ Castoriadis, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. RJ: Paz e Terra, 1982.

² Marques, Mário Osório. Escola, aprendizagem e docência: imaginário social e intencionalidade política. In: Veiga, Ilma. Projeto político-pedagógico da escola. SP:Papirus, 1996.

para a emancipação humana, e também a construção de condições de autonomia individual e coletiva. Cabe ressaltar ainda que um projeto político democrático não é uma construção a partir de definições prévias, mas uma construção permanente que se alimenta do saber que o fundamenta e do fazer que, constantemente, se (re)constrói, das identidades e formulações autônomas dos próprios sujeitos da ação transformadora. A história nos confirma que um movimento social não se fortalece sem que tenha projetos que lhe dê sentido.

Antonio Dourado, um dos fundadores do primeiro Curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes, dá uma importante contribuição ao debate: *"o projeto político-pedagógico determina a ação e essa mesma ação retorna ao projeto político-pedagógico propondo a sua reelaboração"*³. Ou seja, projeto e ação estão relacionados. O projeto explicita princípios e metas que contribuem para práticas conscientes; o projeto propõe práticas e as práticas reelaboram o projeto; O projeto ajuda a constituir um processo, que reelabora e constitui o projeto. Esta relação é uma preocupação que deve fazer parte das reflexões nos Cursos Pré-Vestibulares Populares.

Sobre educação e projeto podemos fazer a mesma elaboração, ou seja, projeto e prática educativa são elementos intimamente relacionados. Toda educação se faz como projeto, mesmo que o educador não tenha consciência disso. Projetos econômicos, políticos, culturais, pedagógicos determinam os valores e as finalidades da educação em uma determinada sociedade, determinando, portanto, as políticas educacionais e pedagógicas. Em qualquer proposta educacional, heterônoma ou autônoma, alienadora ou emancipadora, essa relação é de fundamental importância. Lilian do Valle afirma: *"queiramos, ou não, o domínio da educação é sempre, e continuamente, o do projeto. Trabalha com o que ainda não está aí, com a construção, com a antecipação. A educação é o projeto de criação do mundo humano, pela criação do homem que o habita (...) Por isso educação é forçada a se pensar como atividade imaginária, imaginar o mundo e o homem que se prepara"*⁴. Uma importante contribuição a essa reflexão é fornecida por Cornelius Castoriadis, ao propor um outro conceito de imaginário social. No pensamento deste autor, o imaginário social, muito mais que *imagem de*, é *potência criadora* que circunscreve a práxis social. O imaginário social é, portanto, poder criador, individual e coletivo, através do qual os indivíduos e a sociedade criam a si próprios, criando valores, símbolos, formas e práticas. Entretanto, o autor chama atenção para o fato de que a emancipação não decorre naturalmente da simples existência desse poder criador, mas requer que a sociedade, individual e coletivamente, considerando a autonomia como processo e projeto, lance mão dessa capacidade de criação para construir novas propostas e novas práticas, que contribuam para instituir relações sociais e instituições democráticas.

Durante os anos 70 e 80 no Brasil, os movimentos sociais, por várias razões, eram praticamente de caráter cultural e reivindicatório. Hoje, a conjuntura exige que os movimentos sociais sejam também propositivos e constituintes, com propostas e

³ Dourado, Antonio. Entrevista a Alexandre do Nascimento. RJ: 1998.

⁴ Valle, Lílian. A Escola Pública e a crise do pensamento utópico. RJ: mimeo, 1996.

práticas democráticas concretas. Mas, para a constituição de propostas e práticas sociais democráticas (incorporando necessariamente a análise sobre as relações assimétricas entre os grupos étnicos), é mister, em primeiro lugar, que tenhamos nitidez das concepções, princípios e opções éticas sobre os quais devemos nos basear. Isso significa construir os fundamentos a partir dos quais devem se desenvolver as nossas práticas político-pedagógicas. Significa, de uma forma mais ampla, produzir sentido para a nossa luta.

Aqui podemos voltar à questão *Qual é o projeto político?* Na maioria dos Cursos Pré-Vestibulares Populares observamos que, junto com a tarefa de preparar para o vestibular e tentar facilitar o acesso de estudantes pobres e de grupos sociais discriminados ao ensino superior, é importante a prática da reflexão permanente e coletiva, no sentido de elucidar os mecanismos de dominação e exclusão, as relações assimétricas entre raças, gêneros, culturas e classes sociais, as desigualdades existentes nas relações sociais e pensarmos a construção de condições culturais e políticas para desenvolvimento da democracia e de autonomia individual e coletiva.

Em uma sociedade desigual e com uma formação social baseada na existência de raças e culturas superiores e inferiores, e em tempos de políticas (neo)liberais e de uma globalização econômica devastadora de povos, culturas e natureza, é urgente que a sociedade organizada em movimentos sociais aceite o desafio de visualizar relações não excludentes, e caminhem em sentidos constituintes de outras relações e instituições "comuns". rução de um projeto de sociedade que amplie a esfera do público e da atuação política da cidadania. Um projeto, que baseado numa concepção popular e democrática, proponha políticas públicas, redefina as instituições, a participação política e, especificamente, o sentido da educação, da pedagogia e do currículo, colocando sempre no centro de suas preocupações os grupos sociais historicamente dominados, discriminados e desfavorecidos.

Os Fóruns coletivos de debates e deliberações, a Assembléia e o Conselho do PVNC, os seminários e grupos de estudos, e, principalmente, as aulas em cada um dos nossos cursos pré-vestibulares populares são espaços em que podem (e devem) acontecer essas reflexões e formulações coletivas sobre a sociedade, a política, a economia, a cultura e a educação. A questão racial, os movimentos negros e a cultura afro-brasileira são centrais nesse processo, pois entender o Brasil e produzir alternativas, requer o entendimento do papel do racismo na produção das desigualdades e a incorporação, em nossas práticas, das experiências históricas dos quilombos e das dinâmicas afrodescendentes que tornaram vigorosa a cultura brasileira, como o samba, a capoeira, a religiosidade, a ginga e as formas criativas de resistência.

Entre os Cursos Pré-Vestibulares Populares, o PVNC talvez seja o que possui maior possibilidade de ser um movimento organizado, expressivo e influente. Mas isso não se dará "logicamente", pela evolução "natural" do movimento. Temos que construir condições para isso. Por isso temos que aceitar o desafio que é o de sermos produtores de formas, sentidos, significados diferentes dos que estão aí. Temos que produzir práticas/relações pedagógicas diferentes nas nossas salas de aula. Temos que fortalecer o Conselho Geral dando visibilidade externa e fazendo desse espaço a instância mais importante de reflexão coletiva, debate e formulação de ações políticas baseadas nos princípios e linhas gerais deliberados em Assembléia. Temos que refletir sobre nossa forma de organização. Temos que ter princípios e objetivos que organizem a ação

político-pedagógica. Temos que possuir um Projeto de Educação para a sociedade que dê identidade e qualidade ao movimento, sentido a luta e crie condições de buscarmos as articulações necessárias na direção da democratização da educação e transformação da sociedade. Se a nossa referência é o quilombo, a nossa perspectiva é a igualdade e a autonomia, torna-se possível afirmar que, para nós, a democracia não deve ser a uma instituição pronta, imutável, baseada em direitos adquiridos, que deverá ser conquistada. A democracia é projeto e processo, e como tal só pode ser concebida como uma construção política permanente, como instituição autônoma da sociedade, como produção coletiva das condições objetivas e subjetivas de igualdade e autonomia. O que não devemos é abdicar da tarefa de fazer política.